

Assembleia delibera sobre ações dos bancários da Caixa

Sindicato irá substituir trabalhadores que ocupam funções técnicas e de assessoramento em ações de sétima e oitava hora

Em dezembro de 2009, cinco bancários da Caixa Econômica, que ocupam a função de técnico social, foram os primeiros a receber o pagamento da ação de substituição processual que postula as sétima e oitava horas como extras. Neste ano, já estão em fase de cálculo as ações em que o Sindicato representa analistas e técnicos de fomento, que devem receber os valores em breve. Ações de técnicos de sistema e de retaguarda também estão em andamento.

Diante dessas conquistas, o Sindicato convoca os trabalhadores da Caixa para assembleia que irá deliberar sobre o ajuizamento de novas ações. Se autorizada, a entidade poderá entrar com ações de substituição processual de sétima e oitava horas que contemple outras funções. A assembleia acontece na terça-feira, 16 de março, a partir das 18h30, excepcionalmente no Hotel Caravelle, localizado na rua Cruz Machado, 282.



Assembleia

Pauta: Autorizar o ajuizamento de ação por substituição processual

Data: terça-feira, 16 de março
Hora: 18h30 (primeira convocação)
19h00 (segunda convocação)
Local: Rua Cruz Machado, 282 (Hotel Caravelle)

Funcef

Participe das eleições

De 26 de abril a 6 de maio, acontecem as eleições para renovar os mandatos de diretores e conselheiros eleitos da Fundação dos Economistas Federais (Funcef). O Sindicato ressalta que, no período que antecede a ida às urnas, é importante que os bancários associados reflitam sobre o tipo de participação que desejam na gestão dos recursos do fundo de pensão. “A participação ativa no processo eleitoral é fundamental para que possamos garantir a segurança e a transparência nos rumos que os investimentos da Funcef irão tomar”, acrescenta Antonio Luiz Fermino, secretário de Finanças da entidade e trabalhador na Caixa.

Em pauta – Na terça-feira, 16 de março, o ex-conselheiro deliberativo da Funcef e diretor da Contraf-CUT, José Carlos Alonso, estará em Curitiba para discutir saldamento e perspectivas para o fundo de pensão. A reunião, para a qual todos os bancários da Caixa estão convidados, será após a assembleia, a partir das 19h30, na rua Cruz Machado, 282.

Nacional

Negociações permanentes com o Banco do Brasil não avançam

Embora os representantes dos trabalhadores tenham buscado avançar as reivindicações da categoria, a segunda rodada de negociação permanente com o Banco do Brasil, que aconteceu em 10 de março, não apresentou melhorias concretas. Entre outras questões, foram discutidos as bolsas de estudo, plano odontológico, destino dos CSO e incorporações.

Em relação ao plano odontológico, a direção do banco prorrogou a implantação por mais 60 dias. “Não é a primeira vez que isso acontece. Em 2009, quando venceu o primeiro prazo, o BB se comprometeu a resolver as pendências até 31 de julho, o que não aconteceu”, lembra André Machado, dirigente sindical. O atraso, segundo o banco, se dá pela demora em negociar com parceiros comerciais. “Mas fica evidente que se trata de ‘tapeação’ do BB para ‘barganhar’, novamente, na Campanha Salarial”, completa.

Sobre os assuntos que dizem respeito às incorporações, a Comissão de Empresa de Funcionários do BB (CEF/BB) cobrou a possibilidade de adesão

por parte dos trabalhadores do Besc à Cassi e à Previ. Como não foram apresentadas soluções, o debate continuará nas próximas reuniões. O Sindicato de Curitiba e região já estuda entrar com ações judiciais para permitir tal adesão.

Outro tema que constou na pauta foram os Comitês de Ética. “O BB lançou uma cartilha sobre Assédio Moral, que nem chegou a Curitiba. Contudo, até agora, o banco não efetivou essa conquista”, alerta André Machado. A CEF/BB também cobrou urgência na criação dos Comitês, que devem ser compostos por representantes eleitos dos bancários, com a participação dos sindicatos.

“As negociações estão discutindo pautas periféricas, sem debater o essencial: um plano de cargos, comissões e salários que garanta a trajetória profissional e que não seja pautado por ambições individuais”, afirma Pablo Diaz, dirigente sindical. “Se os funcionários tivessem segurança salarial e ascensão profissional, as demais pautas iriam parecer apenas acessórias”, finaliza.

Pressão garantiu PLR antecipada

O Banco do Brasil atendeu a reivindicação do movimento sindical e pagou a PLR no último dia 10. O valor é referente ao segundo semestre de 2009. De acordo com o banco, a data foi definida tendo em vista que o pagamento não pode ser realizado antes de distribuídos os dividendos do lucro aos acionistas. O número total de bancários que terão direito a receber a PLR soma 95.720. O montante a ser distribuído pelo banco no segundo semestre é superior a R\$ 770 milhões.

Projeto de Isonomia não é votado

Contrariando a expectativa da categoria, o projeto de Lei nº 6.259/2005 não foi votado pela Comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público da Câmara dos Deputados no último dia 10. O projeto institui isonomia de direitos entre os novos e antigos bancários do BB, Caixa, BNB, Banco da Amazônia e da Casa da Moeda. O deputado Eudes Xavier (PT/CE), que tem um parecer favorável ao PL, retirou a pauta. O projeto deve ser votado na próxima semana.

A polêmica das horas extras

Segundo cálculos do Dieese, a eliminação das horas extras contribuiria ainda mais para a geração de empregos, criando mais 1,2 milhão de novas vagas. Os dados reforçam a luta da categoria bancária pelo respeito à jornada de seis horas e da classe trabalhadora, por meio das centrais sindicais, pela redução da jornada de 44 para 40 horas semanais sem redução de salário. Apesar da pressão dos empresários contra o projeto de lei, as estatísticas enfatizam a importância da medida no crescimento do país.

Orgão de divulgação do Sindicato dos Bancários e Financeiros de Curitiba e região

Av. Vicente Machado, 18 - 8º andar
Fone: (41) 3015-0523 Fax: (41) 3322-9867
Presidente: Otávio Dias
Sec. de Imprensa: Sônia Boz
Conselho Editorial: Carlos Kanak, Júnior Dias, Marcio Kieller, Marco Aurélio Cruz, Otávio Dias, Pablo Diaz e Sônia Boz
Jornalista: Patrícia Meyer (5291/PR)
Redação: Renata Ortega e Patrícia Meyer
Diagramação e Arte final: Fábio Souza
Impressão: WL Impressões
Tiragem: 6.500 exemplares
sindicato@bancariosdecureitiba.org.br
www.bancariosdecureitiba.org.br



Augusto Coelho/Fenae

Jornada continua gerando polêmica

Na Caixa, apesar da intransigência, a questão já está sendo negociada para que não haja redução de salários. No BB, o tema é central para a discussão de um PCCS digno

A última negociação entre a Comissão Executiva dos Empregados (CEE/Caixa) e a Caixa Econômica Federal, que aconteceu no mês de fevereiro, não apresentou avanços na discussão sobre a redução da jornada de trabalho para os bancários de cargos técnicos e de assessoramento. A empresa apenas assumiu o compromisso de adiar a implantação da nova jornada, inicialmente prevista para o início de março. Em nota divulgada, a Caixa também deixou implícito que a adesão poderá ser opcional.

Diante da pressão do movimento sindical pela não redução de salários, na reunião, a Caixa concordou em discutir alternativas em uma comissão de trabalho. “No momento, estamos trabalhando na construção de uma opção viável, que não gere impactos financeiros aos bancários”, relata Antonio Luiz Fermino, membro da CEE/Caixa. O dirigente

sindical também afirma que a Comissão continua insistindo para que a Caixa apresente a proposta completa do Plano de Funções Gratificadas (PFG), já que a empresa afirma que o plano solucionará a questão da jornada.

Banco do Brasil – Os trabalhadores do Banco do Brasil também defendem o respeito à jornada de seis horas para todos os funcionários, comissionados ou não. Adotar a jornada de seis horas para todos, sem redução de salários, é uma discussão que está atrelada às premissas de alterações e melhorias no Plano de Carreiras, Cargos e Salários (PCCS). Esta discussão é tão importante quanto estabelecer regras claras ou dar isonomia ao corpo funcional. “Existe um compromisso do banco em discutir este assunto, mas assim como outras temáticas, o debate só está na promessa”, afirma Pablo Diaz, dirigente sindical e trabalhador no BB.

Reestruturação de filiais gera insegurança

Nos últimos dias, a Caixa Econômica Federal surpreendeu os trabalhadores que atuam nas Gerências de Administração de Fundos e Seguros Sociais (Gifus) ao anunciar um processo de reestruturação de filiais, que está sendo realizado sem negociação com os bancários ou com o movimento sindical. Em Curitiba e região, estima-se que a extinção da filial afete mais de 40 bancários. No entanto, não houve nenhum tipo de esclarecimento sobre como será a remuneração e o comissionamento dos trabalhadores.

Segundo informações divulgadas pela Caixa, as

Gifus se transformarão em duas centralizadoras, uma em São Paulo e outra em Brasília. A empresa prometeu realocar os trabalhadores que não seguirão para as centrais, porém até o momento nada foi divulgado. A Contraf-CUT continua cobrando mais responsabilidade e respeito com a vida dos bancários, além da apresentação do chamado ‘novo modelo de gestão’ que vem sendo implementado.

“Nós, do Sindicato, continuaremos atentos, buscando inclusive alternativas jurídicas, além da negocial, para atender os trabalhadores”, afirma Sonia Boz, dirigente sindical e bancária na Caixa.